



Reforma tributária e desigualdade social: A nova política tributária tem potencial para reduzir a desigualdade ou beneficia desproporcionalmente os grandes contribuintes?

Autor(es)

Flavio Ricardo Silva Sousa

André Samuel Branco

Vitória Geovanna Nunes Gomes

Dhaiany Silva Mendes

Júlio César Dos Santos Lima

Vanessa Sousa Da Silva

Aline Pereira Da Silva

Yasmim De Oliveira Sousa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A reforma tributária é um tema central nas discussões políticas e econômicas de diversos países, inclusive no Brasil. A carga tributária elevada e sua estrutura regressiva, onde o peso maior recai sobre o consumo em vez da renda e do patrimônio, são constantemente apontadas como fatores que acentuam a desigualdade social. O atual sistema tributário, ao tributar de forma desproporcional os consumidores e aliviando as grandes fortunas e rendas elevadas, tem contribuído para a concentração de renda e o aumento da pobreza. Diante desse cenário, surgem questionamentos sobre o real impacto das propostas de reforma tributária em andamento. Será que elas têm o potencial de reduzir a desigualdade social ao promover uma distribuição mais justa da carga tributária, ou seus efeitos beneficiarão desproporcionalmente os grandes contribuintes, perpetuando a desigualdade?

A implementação de um sistema tributário mais progressivo, que onere menos as camadas de baixa renda e exija maior contribuição das grandes fortunas e rendimentos, é frequentemente citada como uma das soluções para diminuir a concentração de renda. No entanto, as mudanças propostas nas reformas recentes têm gerado controvérsias, com setores da sociedade alegando que os benefícios podem não alcançar as classes mais vulneráveis da população. Este trabalho examina a viabilidade dessas reformas como um mecanismo de redução da desigualdade social, considerando as críticas e expectativas de diferentes setores.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar se a nova política tributária proposta no Brasil tem potencial para reduzir a desigualdade social ou se beneficiará desproporcionalmente os grandes contribuintes, examinando as possíveis mudanças na estrutura tributária e seus impactos sobre as diferentes classes sociais.



Material e Métodos

Os materiais e métodos abordados neste estudo envolve uma revisão de textos e documentos sobre a reforma tributária e sua relação com a desigualdade social. Foram analisados textos acadêmicos, propostas de leis, artigos de opinião e relatórios de órgãos nacionais e internacionais. Também usamos dados do IBGE e do IPEA para entender como a carga tributária é distribuída entre diferentes faixas de renda.

Adotamos uma abordagem que combina análise qualitativa e quantitativa para avaliar o impacto das mudanças propostas, com foco na tributação de consumo, renda e patrimônio. Um modelo comparativo foi utilizado para entender os efeitos da reforma em cenários com e sem progressividade tributária. Além disso, o estudo critica as principais propostas de unificação dos impostos sobre consumo, observando seus impactos nas diferentes classes sociais.

Resultados e Discussão

O polímata estadunidense Benjamin Franklin dizia que: nada é mais certo neste mundo do que a morte e os impostos. É analisado nesse cenário hodierno que, apesar de a reforma tributária propor simplificar o sistema e corrigir algumas distorções, ela ainda é limitada na redução da desigualdade social. A unificação de impostos sobre consumo mantém um caráter regressivo, afetando mais os pobres, que gastam a maior parte da renda em consumo.

De acordo com o advogado e político Artur Lira: "reforma tributária é consenso no abstrato e abstrato no concreto". Essa frase pode ser refletida na necessidade de se haver uma reforma, porém mostrando que se há conflitos de interesses e divergências entre os demais componentes partidários eleitos. Mesmo mediante a esse cenário, é visto propostas para aumentar a tributação sobre os ricos, como o imposto sobre grandes fortunas, enfrentam forte resistência. Embora possam redistribuir melhor a carga tributária, sua eficácia depende de implementação e controle da evasão fiscal.

Segundo Will Rogers: A diferença entre a morte e os impostos é que a morte não piora toda vez que Congresso se reúne. Sobre essa análise pode-se ressaltar que a reforma também não aborda a tributação de dividendos e lucros, atualmente isentos, o que beneficia os mais ricos e mantém a concentração de riqueza. Portanto sem mudanças nessa estrutura, a reforma prioriza a simplificação, sem corrigir desigualdades, podendo até agravá-las.

Conclusão

A reforma tributária proposta no Brasil apresenta um potencial limitado para reduzir a desigualdade social, uma vez que suas principais mudanças ainda recaem sobre a tributação do consumo, mantendo um caráter regressivo. Embora existam propostas de tributação sobre grandes fortunas e rendimentos elevados, essas medidas enfrentam obstáculos políticos e econômicos. Assim, para que a reforma tenha um impacto mais efetivo na redistribuição de renda, será necessário um enfoque mais progressivo na tributação da renda e do patrimônio.

Referências

Os dados e análises utilizados foram baseados em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de publicações acadêmicas e legislações propostas sobre o tema da reforma tributária e desigualdade social.



<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/19/senado-se-prepara-para-avaliar-projeto-que-regulamenta-a-reforma-tributaria>

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil>

<https://reformatributaria.abimaq.org.br/noticias/a-reforma-tributaria-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil/>